

# Política

## O conflito entre economia e política

A inauguração do memorial JK recoloca, através da lembrança do falecido presidente da República, uma deficiência estrutural no país: como conciliar o desenvolvimento político com o econômico e manter a estabilidade das instituições? JK realizou um governo cuja marca registrada foi a negociação política em todos os setores da sociedade ao mesmo tempo em que promovia formidável surto de desenvolvimento.

As épocas são profundamente diferentes e existem poucos pontos de contato entre o Brasil dos anos cinquenta e o país dos dias de hoje. Mas a questão estrutural continua viva e nem o desenvolvimento dos anos milagrosos do período Médici contribuiu para legitimar um sistema político consistente e capaz de funcionar independentemente da vontade do soberano. Juscelino equilibrou as duas linhas através de sua inesgotável capacidade de negociação política, escudado num sólido apoio partidário das legendas PSD e PTB — a preciosa e eficaz colização partidária que lhe sustentou,

Mas o período JK é momento raro na história do país desde trinta até os dias de hoje. A reconhecida capacidade de negociação política do falecido presidente fez com que o regime conseguisse acompanhar a velocidade desenvolvimento econômico. Mas isto aconteceu, apenas, naquele período. As crises de Jânio Quadros, João Goulart e os governos militares depois de 64 tiveram a marca registrada do desequilíbrio estrutural brasileiro: o regime não conseguiu conciliar as duas linhas, política e econômica.

A atualidade brasileira demonstra que a economia, mais uma vez está em aberto conflito com o projeto político. O presidente João Figueiredo tem dito que fará a abertura política a despeito das dificuldades econômico-financeiras em que o país está mergulhado. Isto faz supor que o processo de desenvolvimento econômico condiciona o projeto político a ponto de o presidente comprometer-se com sua palavra, na execução daquilo que é prejudicado pelas estatísticas.

O primado da economia sobre a política foi implicitamente reconhecido depois de 1964 quando no bojo do governo, os ministros considerados fortes passaram a ser justamente aqueles que tratam da matéria financeira. Foi assim com o professor Roberto Campos e com Delfim Netto que já está em seu segundo reinado. A característica deste tipo de administração aponta no sentido da insensibilidade diante do fato político, que, por sua vez, tem conotações com as aspirações da sociedade. Quando os desejos sociais entram em conflito com a racionalidade econômica prevalece a vontade do Estado através de seu poder coercitivo. E as instituições políticas naufragam.

Há ingredientes positivistas norteando aquela conduta. Os seguidores de Augusto Comte — que instalaram a República no país — lutavam pelo estabelecimento de uma ditadura republicana, algo que traduzido para os dias de hoje poderia significar governo forte ou democracia relativa. Eles venceram instalando a República e foram além permeando a instituição militar com suas idéias. Os tenentes da década de vinte são todos eles muito ligados a idéia de um regime forte, economicamente estruturado, com administração centralizada. Não é por acaso que logo após a revolução de trinta, Getúlio Vargas faz intervenções nos estados e mantém um regime bastante centralizado.

A idéia positivista da ditadura republicana continua latente no Brasil. O cerne do pensamento político militar tem fundamento naquele doutrina francesa que passou a respaldar a tentação totalitária. Neste sentido a prevalência da racionalidade econômica sobre a ação política torna-se quase uma exigência de quem está no poder e busca fundamento nas idéias de Augusto Comte.

Por aquelas razões o governo JK é um período raro e único na história do Brasil desde o fim da República Velha. Ele, que não tinha nada de positivista, estabeleceu um desenvolvimento econômico fundamentado nos desejos populares e não impôs projeto descolado da realidade do país. Ainda assim sua habilidade política não foi suficiente para projetar no futuro sistema político que conciliasse o regime partidário com as ambições econômicas. O dualismo persiste vivendo e pouco tem sido feito para corrigir esta deficiência estrutural.



André Gustavo Stumpf